

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Relatório de Atividades 2014



Relatório de Atividades 2014



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

apambiente.pt

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual de Atividades da Agência Portuguesa do Ambiente 2014

Editor: Agência Portuguesa do Ambiente

Data de Edição: Março 2015

Coordenação Global: Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente 2014

Coordenação Técnica: Angelina Castro e Elisabete Almeida (DFIN)

Autoria: Lígia Gomes e Carla Brito

Design e Paginação: Lígia Gomes e Carla Brito

ÍNDICE

1. RESUMO	4
2. ORIENTAÇÕES GERAIS PROSEGUIDAS PELA APA	7
3. ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PROSEGUIDAS PELA APA.....	8
4. PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS.....	8
5. AFETAÇÃO DE RECURSOS	20
5.1. Recursos Humanos	20
5.2. Recursos Financeiros	21
6. ANÁLISE E CONCLUSÕES PROSPETIVAS	23
Índice de Figuras e Quadros	25
Acrónimos	26

1. RESUMO

O ano de 2014 fica marcado por uma intensa atividade no domínio das políticas públicas de ambiente em Portugal, tendo a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento e aplicação das principais medidas e para a resposta a diversas crises verificadas.

Com efeito, 2014 iniciou-se com uma **histórica intempérie que assolou o litoral português** como há muito não se via. Coube à APA, na qualidade de entidade coordenadora nacional do ordenamento e gestão do Litoral, em parceria com diversas entidades (municípios, capitánias, etc.) responder à devastação deixada pela intempérie. Para tal, sob forte liderança ministerial, a APA inventariou em tempo recorde os estragos na costa e preparou um pacote de investimentos em parceria com as autarquias afetadas e o Programa Operacional Valorização do Território (POVT), que permitiu ao longo do ano reparar os principais danos e, sobretudo, o desfrutar da época balnear sem sobressaltos. A APA integrou ainda a equipa que elaborou o histórico relatório do **Grupo de Trabalho do Litoral**, apresentado ao público já em 2015.

No ano transato foi dado um novo rumo à política de ambiente em Portugal, sob a batuta estratégica do **Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)**, que procura dotar o país de uma visão de médio e longo prazo orientada para a ação em matéria de desenvolvimento sustentável. Consequentemente, foram aprovadas

medidas tão significativas como a **reforma da fiscalidade verde**, a reforma das principais taxas ambientais (TGR e TRH), uma nova taxa sobre os sacos de plástico leves, o novo regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Solos e o novo regime de Avaliação de Impacto Ambiental.

Foram igualmente desencadeados os projetos de atualização e revisão dos principais instrumentos de planeamento na área do ambiente, com destaque para os Planos de Gestão da Região Hidrográfica (**PGRH**), o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Sistemas de Águas Residuais (**PENSAAR 2020**), o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (**PERSU 2020**), o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (**PNGR**), à preparação da Estratégia Nacional para o Ar 2020 (**ENAR**), à elaboração do Quadro Estratégico para a Política Climática, incluindo o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (**PNAC 2020/2030**) e a 2.ª fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (**ENAAC 2020**). A APA esteve no centro de todos estes projetos, quer através dos diagnósticos efetuados, quer com a formulação de inúmeras propostas.

No final do ano, verificou-se um **surto de *legionella*** na zona de Vila Franca de Xira, Distrito de Lisboa. Uma vez mais, a APA colaborou decisivamente na resposta ao surto no âmbito de uma *task force* interministerial criada logo no início da crise.

Em 2014 a APA concluiu o essencial do **processo de fusão iniciado em 2012**. Com efeito, o ano de 2014 já representa em muitos aspetos a “velocidade de cruzeiro” da nova cultura organizacional da APA. Os projetos desenvolvidos focaram-se naturalmente no cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos definidos pelo governo e pela APA.

Do ponto de vista operacional, a APA procurou **aumentar a eficiência, desburocratizar e simplificar procedimentos**, sobretudo com recurso à inovação tecnológica e melhoria dos sistemas, visando sempre o incremento da capacidade de resposta e da melhoria do atendimento ao cliente e à sociedade em geral. A APA focou-se assim em processos associados ao licenciamento no domínio do ambiente, na interoperabilidade e consolidação das tecnologias e sistemas de informação existentes e no desenvolvimento de um **Sistema Integrado para o Licenciamento do Ambiente (SILiAmb)**.

A APA procurou, desde logo, garantir todas as atividades associadas à prevenção e redução de riscos, por via das alterações climáticas e outros fenómenos, intensificando as ações de proteção de pessoas e bens. Para tal prosseguiu a implementação do **Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL)**, a reformulação e reabilitação das **redes de monitorização ambientais**, (água, ar, solos) e a consolidação dos **sistemas de vigilância e alerta de riscos**. Destaca-se aqui a rede hidro-meteorológica e a cartografia de zonas

inundáveis. Foram assim repostas situações de défices de há já longos anos.

A APA promoveu também a **consolidação do quadro legal de suporte à política ambiental**. Garantiu a conclusão do processo de negociação da proposta de alteração da Diretiva 94/62/EC sobre embalagens e resíduos de embalagens para a redução do consumo de sacos leves de plástico; a transposição da diretiva comunitária 2012/19/EU relativa à gestão de resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE), bem como a transposição da nova Diretiva de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) e da Diretiva 2012/18/EU (Seveso III). A APA elaborou ainda a proposta de decreto-lei e de portaria que relativos ao regime jurídico de proteção e remediação dos solos.

Em 2014, a APA promoveu ativamente a preparação da proposta de diploma relativa ao regime de **licenciamento único de ambiente (LUA)**, aprovado já em 2015, com o objetivo de harmonização, simplificação e integração dos vários regimes de licenciamento e autorização no domínio do ambiente.

A atividade internacional da APA em 2014 foi particularmente intensa, fruto essencialmente de 4 prioridades de ação: a preparação do **pacote Energia-Clima 2030 da UE** como contributo para a Conferência de Paris de 2015; a preparação dos PGRH de 2ª geração que foi objeto de conversações com a Comissão Europeia; a negociação dos vários aspetos ambientais do **Acordo de Parceria 2020**; e os trabalhos relativos às

bacias hidrográficas transfronteiriças no âmbito da **Convenção de Albufeira**. Neste último caso, por exemplo, redinamizou-se o trabalho técnico e diplomático da CADC, tendo sido possível acrescentar valor à cooperação entre Portugal e Espanha nesta matéria.

Para potenciar a implementação de políticas do ambiente e assumindo desde 2012 a gestão técnica de vários fundos ambientais – **Fundo Português de Carbono, Fundo de Proteção de Recursos Hídricos e Fundo de Intervenção Ambiental**, a APA apostou no desenvolvimento de uma abordagem integrada da gestão dos financiamentos ambientais, procurando a maximização do investimento dos fundos estruturais e ambientais. Com efeito, pela primeira vez verificaram-se projetos explorando sinergias em matérias de recursos hídricos, alterações climáticas e resíduos. A APA gere ainda uma componente do fundo **“EEA Grants”** em matéria de adaptação às alterações climáticas, que em 2014 iniciou a sua implementação.

A APA procurou no ano transato garantir as condições favoráveis para que no próximo Quadro Europeu Comunitário (QEC) a área do ambiente tivesse grande preponderância. Os contributos regulares dados foram essenciais para o novo acordo de parceria e **Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (PO SEUR)**, em particular no domínio da Economia

Verde e de Baixo Carbono (“PORTUGAL 2020”- Instrumentos de Planeamento e Políticas para o QEC), bem como para a preparação dos Programas Operacionais temáticos e regionais 2014-2020, tendo sido estes aprovados e estando em fase de implementação.

Foram vários os constrangimentos que criaram desafios à execução de alguns projetos em 2014, a maioria decorrentes de variáveis exógenas à APA. À cabeça destacam-se incertezas regulamentares e de tramitação dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública, a obrigatoriedade de emissão de pareceres prévios vinculativos de várias entidades. Apesar desses constrangimentos a APA alcançou uma significativa taxa de execução física dos projetos e das atividades essenciais planeadas para 2014. Os projetos e atividades que dependiam maioritariamente de recursos internos, apresentaram um grau de execução elevado.

O presente Relatório de Atividades de 2014 apresenta de forma necessariamente resumida a vasta panóplia de atividades desenvolvidas pela Agência Portuguesa do Ambiente. É assim o reflexo da competência técnica, do empenho e motivação dos colaboradores da APA, que foram a verdadeira chave para o sucesso da concretização dos objetivos propostos para 2014.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS PROSSEGUIDAS PELA APA

O NOSSO COMPROMISSO



FIGURA 1 – MISSÃO, LEMA E VISÃO

O NOSSOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



OE 1 – Aumentar o nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas



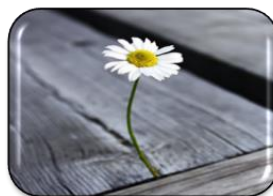
OE 2 – Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco



OE 3 - Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente



OE 4 – Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições



OE 5 – Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas

FIGURA 2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PROSSEGUIDAS PELA APA

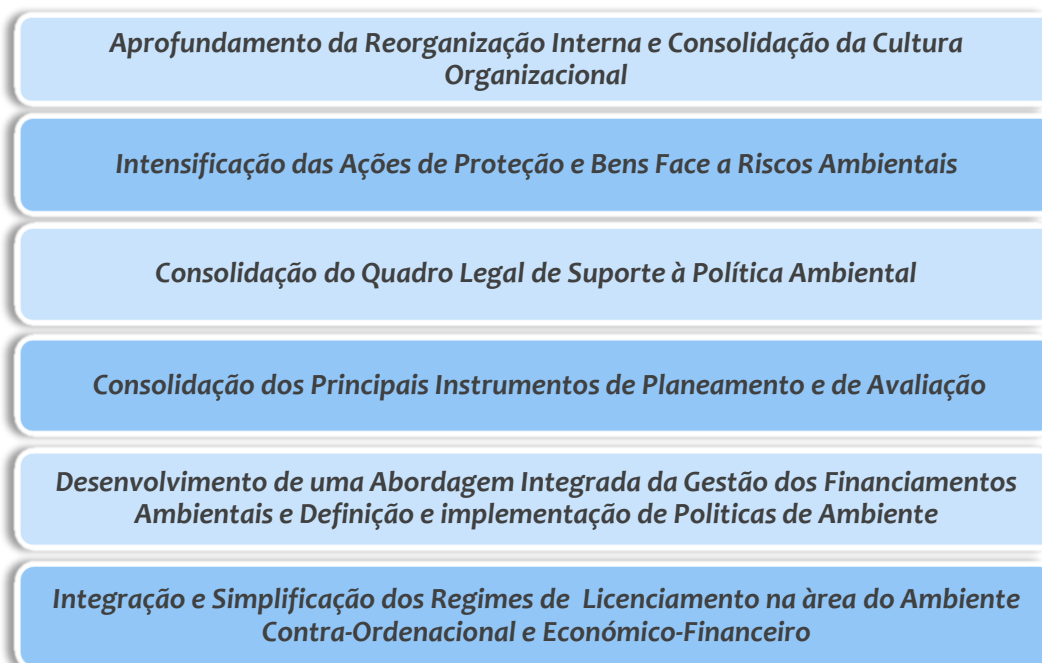


FIGURA 3 – PRIORIDADES DE AÇÃO

4. PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS

Em 2014, a APA priorizou os seguintes projetos e atividades que contribuíram para alavancar os objetivos estratégicos definidos,

bem como para responder às necessidades prioritárias de ação nos principais eixos da sua atividade:

APROFUNDAMENTO DA REORGANIZAÇÃO INTERNA E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Em 2014 a APA prosseguiu a aposta prioritária da reorganização interna e da consolidação da cultura organizacional no âmbito do processo de fusão desencadeado em 2012. Para tal, foi dada especial ênfase à eficiência de gestão de recursos e à informação e racionalização de custos. Deste modo, em 2014 focalizou-se na harmonização, simplificação e desma-

terialização dos processos chave, na interoperabilidade e consolidação dos sistemas de informação existentes e prosseguimento do desenvolvimento do SILiAmb.

Harmonização, Simplificação e Desmaterialização dos processos chave

Neste âmbito foram executadas as seguintes atividades:

- ✓ Identificação dos processos / procedimentos no âmbito da gestão administrativa-financeira, patrimonial, gestão documental, e elaboração de **Manual de Procedimentos de Contratação** e respetivas minutas.
- ✓ Consolidação da implementação e melhoramento contínuo do **sistema de gestão documental FILEDOC** à medida das necessidades da APA.
- ✓ Realização de ações de sensibilização / formação em qualidade, reengenharia de processos e **norma ISO 9001** e auditoria interna.
- ✓ Harmonização de procedimentos a adotar em participação pública.
- ✓ Unificação dos sistemas da qualidade da rede laboratorial.
- ✓ Harmonização, simplificação e integração dos processos de licenciamento e autorização no domínio do ambiente.
- ✓ Simplificação dos processos de registo e reporte no âmbito de obrigações legais na área do ambiente.

Gestão Administrativa- Financeira e Patrimonial

Neste âmbito, deu-se especial ênfase a atividades com vista à otimização de recursos e racionalização de custos. Foram executadas as seguintes atividades:

- ✓ Racionalização de Aquisições de Bens e Serviços, através das compras pela Unidade Ministerial de Compras (UMC).
- ✓ Unificação dos Contratos de Manutenção e Exploração.
- ✓ No âmbito da Lei da Água, início do processo de **transferência de gestão de infraestruturas hidráulicas para utilizadores** de aproveitamentos hídricos (fins múltiplos ou preponderantes),

potenciando a internalização dos custos e respetivos benefícios.

- ✓ Início do processo reversão de infraestruturas hidráulicas para o Estado e a possibilidade de atribuir novas concessões.

Gestão de Recursos Humanos e Formação Profissional

Após definida a ambição da APA de **aumentar substancialmente o índice de tecnicidade** dos seus recursos humanos, foi identificada a necessidade de perfis especializados em determinadas áreas de negócio e levadas a cabo ações com vista à promoção do recrutamento, no quadro do mapa de pessoal definido para a APA. Com o objetivo de especializar os recursos humanos existentes, promoveu-se também à sua qualificação com a realização de formação técnica e especializada.

Em 2014, a APA despendeu com a formação 71.710,14 €, dos quais 45.736,89€ com ações de formação interna e 25.973,25€ com ações de formação externa. Foram despendidas 17415:30 horas de formação, num total de 1161 participações, realizadas por 534 trabalhadores.

Interoperabilidade e Consolidação Interna das Tecnologias e Sistemas de informação da APA

Neste âmbito foram executadas as seguintes atividades:

- ✓ Implementação de funcionalidades de suporte à gestão de pedidos de deslocação com aprovação em *workflow* e ao cálculo das correspondentes ajudas de custo, com integração automática no sistema de processamento.
- ✓ Desenvolvimento de um **Sistema para gestão de Pessoal**, permitindo o processamento centralizado em termos tecnológicos, mas descentralizado em termos de Recursos Humanos.

- ✓ Implementação de uma ferramenta de apoio ao Plano de Atividades, permitindo cruzar com a informação de indicadores da APA e com o modelo de avaliação de desempenho (SIADAP).
- ✓ Aquisição de uma ferramenta permitindo a **gestão de receita da APA**.
- ✓ Início de desenvolvimento de uma ferramenta de tratamento da qualidade dos dados para permitir uma **gestão de entidades** dos diversos Sistemas de Informação da APA.
- ✓ Desenvolvimento de um conjunto vasto de mapas com indicadores de Recursos Humanos.
- ✓ Instalação de Equipamentos Biométricos para registo de assiduidade nos polos da APA.
- ✓ Implementação de uma Plataforma de Gestão de Transações e Emissão de Documentos Únicos de Cobrança (DUCs) com integração do cartão do cidadão, controlo de emissão e gestão do processo de vida de um DUC.
- ✓ Implementação de um **sistema de gestão e criação de pedidos Helpdesk via web**, correio eletrónico, telefone, fax, PDA, SMS ou SOAP / XML, baseado em modelo de *tickets* e auto respostas, permitindo em tempo real acesso ao estado de um pedido e respetivo historial.
- ✓ Implementação de uma solução de acesso remoto aos portais internos da APA, funcional e segura, sem necessidade de instalar agentes ou *software*.
- ✓ Continuação da política de virtualização do maior número de servidores.
- ✓ Implementação de uma solução tecnológica baseada em **Voice over Internet Protocol (VOIP)** de modo a racionalizar os custos.
- ✓ Início da implementação de uma solução de *backup* centralizado, garantindo a segurança e a capacidade de dar continuidade aos serviços críticos em caso de desastre, salvaguardando a informação.
- ✓ Implementação de uma solução Computação Virtual em Rede (*Virtual Network Computing* (VNC)), que permite dar uma resposta célere em intervenções em *desktops* através de acesso remoto, garantindo uma gestão e alocação de recursos humanos e técnicos mais eficaz.
- ✓ Conclusão da transferência para a APA da gestão e alojamento do Sistema de Monitorização da Qualidade do Ar (QualAR).
- ✓ Conclusão do Sistema de Informação de Segurança de Barragens (Bar-PT).
- ✓ Conclusão do sistema sobre os projetos sujeitos ao regime de avaliação de impacte ambiental SI AIA (*Backoffice* e *FrontOffice*) e o Sistema de Informação das Organizações Não-Governamentais (ONG) Ambiente.
- ✓ Execução do Inventário do Sistema de Inventário de Policlorobifenilos (PCB).
- ✓ Desenvolvimento e colocação *online* do Formulário de Gases Fluorados para reporte dos operadores de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contêm gases fluorados com efeito de estufa.

Sistema de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb)

Neste âmbito foram executadas as seguintes principais atividades:

- ✓ Desenvolvimento do módulo de Emissões Atmosféricas.
- ✓ Desenvolvimento dos módulos Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU) e Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR).
- ✓ Integração do Sistema de Informação do Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos (SILOGR).
- ✓ Levantamento das especificações técnicas necessárias à implementação das funcionalidades relativas **Licenciamento Único de Ambiente**.

- ✓ Descontinuação do módulo Registo de Emissões e Transferência de Poluentes (PRTR) no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA) com a criação do *SIRAPA detach*.

Sistema de Informação Geográfica (SNIAMB)

Neste âmbito foram executadas as seguintes atividades:

- ✓ Consolidação do portal SNIAMB como a **Infraestrutura de Dados Espaciais** (Versão 2.0) da APA: Consolidação BD geográfica dos Serviços Open Geospatial Consortium (OGC), do Geoportal interno e externo; Integração do Geo SILiamb; Funcionalidades Zoomto; Monitorização, etc.
- ✓ A APA apoiou ainda a criação do portal **iGEO** através do fornecimento de conteúdos para o módulo “ambiente” desse portal.

Comunicação e Participação

Neste âmbito, deu-se especial ênfase aos mecanismos de comunicação interna e às atividades que visaram reforçar a marca “APA” junto ao público e aos principais órgãos de comunicação social. Destaca-se assim as seguintes atividades:

- ✓ No domínio da **comunicação interna**, foi elaborado um Manual de Acolhimento para novos Trabalhadores da APA e um Livro de Estilo para produção de conteúdos para os media.
- ✓ Gestão, encaminhamento e edição de propostas de resposta da APA à tutela a **Perguntas dos grupos parlamentares da Assembleia da República** (92 pedidos).
- ✓ Coordenação e Envio de mais de 600 respostas a pedidos de **informação de órgãos de comunicação social** e envio de mais cerca de 50 comunicados à imprensa.

- ✓ Na área do atendimento foi assegurada a coordenação e operacionalização de um **helpdesk de suporte à plataforma SILiamb/SIRAPA**, através do qual foi prestado apoio a milhares de empresas.
- ✓ No âmbito da **participação pública**, foram garantidas todas as consultas públicas no âmbito do ambiente da competência da APA, como por exemplo AIA, LA, PERSU2020, PENSAAR2020 e PGRH.
- ✓ No âmbito da **educação e cidadania ambiental**, realizaram-se atividades de educação ambiental na comunidade sede da APA - Amadora-Bairro do Zambujal; ações de divulgação ao público e junto das comunidades escolares para promover melhores práticas nos domínios da educação e cidadania ambiental (mais de 40).
- ✓ **Green Project Awards** (GPA): em parceria com a QUERCUS e a GCI, a edição de 2014 conheceu várias inovações, tais como um ciclo de conferências e novas categorias de “consumo sustentável” e “cidades sustentáveis”.
- ✓ Enquanto parceiro do **“Projeto 8o”** sob a égide do GPA, a APA participou no *roadshow* pelas escolas e no júri dos projetos apresentados.
- ✓ A APA participou ainda como júri de diversos concursos, em seminários e palestras relacionados com a temática do ambiente e sustentabilidade.
- ✓ A APA assegurou a coordenação nacional das iniciativas comunitárias **“Semana Europeia da Mobilidade”** e **“Dia Europeu Sem Carros”** e **“Semana Europeia da Prevenção de Resíduos”**.
- ✓ Em conjunto com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), a APA apoiou o Programa **“Praia acessível, praia para todos!”** e no Programa **“Praia Saudável”**. Estes Programas contaram com o patrocínio da Fundação Vodafone Portugal e com os seguintes parceiros institucionais: a Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) / Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) e a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE).

Atividade Internacional e Cooperação Externa

A APA apostou na intensificação de ações de cooperação e de parcerias com *Stakeholders* Estratégicos, em iniciativas de participação pública e em partilha de boas práticas com países europeus e da Comissão dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como com entidades internacionais e nacionais parceiras. Neste âmbito foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- ✓ Acompanhamento técnico das políticas da União Europeia: Largas dezenas de participações de peritos em grupos de trabalho ao abrigo de diplomas comunitários de ambiente.
- ✓ Acompanhamento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (**Convenção de Albufeira** - 1998).
- ✓ Participação na negociação no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas e do seu Protocolo de Quioto no âmbito da negociação de um futuro acordo internacional sobre alterações climáticas para o período pós-2020.
- ✓ Preparação de diversos contributos para a negociação do **"pacote clima 2030" da UE**, acordado entre chefes de estado e de governo europeus em finais de 2014.
- ✓ Implementação do **Programa "Fast Start"** de apoio em matéria de alterações climáticas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste, em parceria com o Camões, I.P. Em 2014, foi concluída a análise de todos os projetos candidatos, tendo sido submetidos 3 novos projetos para financiamento. Foram acompanhados os projetos em execução.
- ✓ Protocolo CDP-APA – no âmbito do qual Portugal participa neste sistema global de reporte ambiental em que empresas e cidades avaliam, reportam, gerem e partilham informação ambiental vital (*Carbon Disclosure Project*). Em 2014, realizaram-se ações de sensibilização junto das Empresas e das Câmaras Municipais.
- ✓ Protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Sesimbra para implementação da Agenda 21 Local nas suas vertentes ambiental, social e económica, tendo como linha orientadora o Manual de Apoio formulado pela APA.
- ✓ 13º Curso de Exploração e Segurança de Barragens, com o apoio do Laboratório Nacional Engenharia Civil (LNEC), Energias de Portugal, S.A. Sociedade Aberta (EDP) e Instituto Superior Técnico (IST), na organização e na lecionação. A edição contou também com o apoio da Conferência de Diretores Ibero-americanos da água (CODIA) e da CPLP.
- ✓ Reorganização da rede portuguesa da **European Environment Information and Observation Network (EIONET)** / Agência Europeia do Ambiente.
- ✓ Representação Nacional das Autoridades Ambientais na Rede ENEA_MA (*European Network of Environmental Authorities for Cohesion Policy – Managing Authorities*).
- ✓ Participação na Comissão Executiva do Fundo para a Eficiência Energética (FEE).
- ✓ Participação no Conselho Consultivo da ERSAR e no Conselho Consultivo da ERSE.
- ✓ Participação na Comissão Nacional de Proteção Civil, órgão de coordenação nacional nas questões da proteção civil.
- ✓ Participação no Conselho Superior de Estatística e vários Grupos de Trabalho.

INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS FACE A RISCOS AMBIENTAIS

Em 2014 apostou-se na intensificação das ações de proteção de pessoas e bens, com prioridade para a implementação do PAPVL, bem como na reformulação e reabilitação das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos), e na consolidação dos sistemas de vigilância e alerta de riscos (cheias, secas, segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas, etc.).

Em relação ao PAPVL, foram executadas as seguintes ações, no valor de 14,8 M€:

- ✓ Empreitada de alimentação artificial das praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica.
 - ✓ Empreitada de estabilização das arribas da praia da Calada: foram executados os trabalhos de reparação de partes da obra afetadas pelas condições de pluviosidade verificada no inverno.
 - ✓ Empreitada de reabilitação das estruturas de defesa nas frentes urbanas de Esmoriz, de Cortegaça e do Furadouro.
 - ✓ Empreitada de reabilitação da estrutura longitudinal aderente de S. João da Caparica.
 - ✓ Empreitada de reparação do quebra-mar na praia da figueirinha, no concelho de Setúbal.
 - ✓ Empreitada de reabilitação do esporão 6 da Costa da Caparica.
 - ✓ Projeto da abertura e aprofundamento dos canais da zona inferior da lagoa de Óbidos e construção do dique de guiamento da embocadura.
 - ✓ Projeto de abertura e aprofundamento dos canais da zona inferior da lagoa de Óbidos projeto alternativo.
 - ✓ Empreitada do passadiço e trilho entre o Algar Seco e o Forte de Nossa Senhora da Encarnação, concelho de Lagoa.
 - ✓ Empreitada de alimentação artificial das praias do Carvoeiro, Benagil, Nova, Cova Redonda, Castelo e Coelha, Lagoa e Albufeira.
 - ✓ Empreitada de Proteção Dunar e Minimização de Riscos nos Acessos às Praias do Litoral Centro.
 - ✓ Empreitada de Estabilização da Arriba Sul.
 - ✓ Projeto de estabilização da Arriba Norte.
 - ✓ Empreitada de Estabilização das Arribas da Praia do Magoito.
 - ✓ Projeto Plano de Praia do Magoito.
 - ✓ Projeto de Plano de Praia da Praia da Adraga -encontra-se executado o projeto e a sondagem geotécnica.
 - ✓ Desassoreamento do quebra-mar destacado da Aguda e recarga de areias das praias da Granja, Boca-mar e Lavadores, concelho de Vila Nova de Gaia.
 - ✓ Empreitada de Defesa aderente em Moledo, Caminha.
 - ✓ Deficiências junto ao muro de suporte da marginal de Esposende - proposta de avaliação técnica da situação existente e projeto de execução.
 - ✓ Reabilitação da defesa aderente da Ponta da Gafa, Mindelo – Vila do Conde, iniciando a empreitada em outubro de 2014, contudo devido às intempéries e estado do mar não foi possível a conclusão da obra.
- Destacam-se ainda um conjunto de ações de proteção de pessoas e bens em matéria de recursos hídricos e litoral:
- ✓ Empreitada de Guarda-Corpos na Muralha da Cascata de Pernes.
 - ✓ Reabilitação da Vala de Alpiarça.
 - ✓ Empreitada de proteção e consolidação da Foz do rio Esteiro em Aver-O-Mar, Póvoa de Varzim.
 - ✓ Empreitada de estabilização e consolidação no talude do estuário do rio Douro, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.
 - ✓ Empreitada de proteção e valorização da margem direita do Rio Lima, na freguesia de Lanheses, no concelho de Viana do Castelo.

- ✓ Empreitada de regularização e renaturalização de um troço do rio Este – EN 103-2 – Av. Mestre José Veiga – 1ª fase, Braga.
- ✓ Empreitada de recuperação do muro de proteção marginal do rio Douro, freguesia de Ribadouro, concelho de Baião.
- ✓ Empreitada de reabilitação do muro de proteção existente na linha de costa, em Porto da Vinha, freguesia de Areosa, concelho de Viana do Castelo.
- ✓ Saneamento de Blocos instáveis nas Praias do Almogrove.
- ✓ Beneficiação do acesso na Praia de Morgavel - recuperação da duna primária.
- ✓ Reforço da Sinalização das Áreas de Risco – Continuação.
- ✓ Avaliação geotécnica detalhada das arribas em risco.
- ✓ Monitorização sistemática de movimentos de massa de vertente em litoral de arriba na área da Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARHTO).
- ✓ Empreitada de Estabilização da Célula de Lamas de Alcanena.

O bom funcionamento das redes de monitorização ambiental permitiu prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e antrópicos, mitigando e minimizando o risco para populações, para o ambiente, e para o património e infraestruturas. Assim, no âmbito das redes de monitorização ambiental:

- ✓ Deu-se início à reabilitação e reapetrechamento das **redes de monitorização hidrometeorológica**. Para tal, introduziram-se equipamentos inovadores de radiação solar total e líquida, temperatura do ar, humidade relativa, precipitação, direção e velocidade do vento, evaporação, nível hidrométrico. Melhorou-se ainda a

capacidade de armazenamento, fiabilidade e rigor, e obtiveram-se poupanças de custos assinaláveis.

- ✓ No que se refere à **Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente (RADNET)** garantiu-se o bom funcionamento das estações existentes, bem como foram introduzidas melhorias e efetuadas reparações nas estações de Beja, Lisboa, Fratel e Funchal. Deu-se ainda início ao projeto de aquisição e implementação de seis estações autónomas para deteção espectroscópica de radiação gama, que irão dotar a RADNET com a capacidade de identificação dos radionuclídeos, e que permitirá a expansão da RADNET de 14 para 20 localizações fixas, melhorando significativamente a capacidade nacional de resposta a emergências radiológicas.
- ✓ Acordo relativo ao “Protocolo Técnico de Cooperação no âmbito de emergências nucleares e radiológicas e proteção radiológica ambiental” entre a APA, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o IST e o Consejo Nuclear de España (CSN).
- ✓ Outro projeto que contribui para a mitigação e minimização de riscos de cheias e secas é o **mapeamento e gestão de riscos de cheias e secas** – apoio - Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH) e Diretiva da Avaliação e Gestão de Riscos de Inundações (DAGRI).
- ✓ Para além destes projetos importa salientar as atividades de **Segurança das Infraestruturas Hidráulicas**. Em 2014, garantiram-se todas as intervenções em barragens e órgãos anexos, bem como foi efetuada a promoção da observação especializada do LNEC.

CONSOLIDAÇÃO DO QUADRO LEGAL DE SUPORTE À POLÍTICA AMBIENTAL

Uma das prioridades da APA será sempre a consolidação da legislação que regulamenta e

suporta a política ambiental, tendo em vista a sua aplicação, cumprimento e revisão com o

objetivo da simplificação legal e procedimental. Aqui enquadram-se não só os Regimes Jurídicos, Resoluções de Conselho de Ministros (RCM), como também a transposição de Diretivas Europeias, Protocolos e Convenções. Neste âmbito destacam-se as seguintes ações nos vários domínios:

Gestão e Avaliação Ambiental

- ✓ Elaboração da proposta de portaria relativa ao **Conselho Consultivo de AIA (CCAIA)**.
- ✓ Elaboração da proposta de portaria relativa aos requisitos técnicos dos documentos a apresentar e ao **modelo da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)**.
- ✓ Conclusão da **transposição da nova Diretiva AIA** (proposta de diploma com base na revisão do DL n.º 151-B/2013).
- ✓ Conclusão da proposta de diploma que visa a transposição da **Diretiva 2012/18/EU (Seveso III)**.
- ✓ Conclusão da proposta de Portaria de qualificação dos verificadores para realização de auditorias na fase de pós-avaliação de AIA.
- ✓ Reconfiguração e dinamização do acompanhamento ambiental dos projetos sujeitos a pós-avaliação de AIA.

Resíduos

- ✓ Elaboração da proposta de **Revisão do Regime Geral de Resíduos** (Decreto-Lei n.º 178/2006).
- ✓ Conclusão do processo de negociação da proposta de alteração da Diretiva 94/62/EC, sobre embalagens e resíduos de embalagens para a **redução do consumo de sacos leves de plástico**.
- ✓ Conclusão da proposta de diploma relativa ao regime jurídico de **proteção e remediação dos solos**.
- ✓ Elaboração e publicação do diploma que transpõe a Diretiva nº 2012/19/EU, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (**REEE**).
- ✓ Elaboração e publicação da Portaria nº 40/2014, de 17 de fevereiro que

estabelece as normas para a **remoção de materiais com amianto**.

- ✓ Preparação da revisão do DL nº 366-A/97, de 20 de dezembro relativo a **embalagens e resíduos de embalagens**.
- ✓ Preparação dos Despachos interministeriais relativos às **licenças dos sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos**, designadamente embalagens e resíduos de embalagens (2ª versão), óleos minerais usados e embalagens de medicamentos.
- ✓ Elaboração de documentos técnicos, promoção de ações de sensibilização / formação, e acompanhamento da revisão da Diretiva da Responsabilidade Ambiental.
- ✓ No quadro da **reforma da fiscalidade verde**, apresentação e análise de vários elementos técnicos em matéria de resíduos, incluindo relativos à reforma da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), à taxação de sacos de plástico leves e ao Fundo de Intervenção Ambiental (FIA).

Ar e Clima

- ✓ Conclusão da preparação de proposta de alteração ao **Diploma do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (Diploma CELE Aviação)** - alteração do Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de julho.
- ✓ Elaboração de projeto de Portaria sobre medidas a favor de sectores e subsectores expostos a riscos de **fuga de carbono** no âmbito do Diploma CELE.
- ✓ Início da preparação de proposta de alteração ao Diploma de **Gases Fluorados** (Diploma F-Gas).
- ✓ Conclusão da revisão da Resolução do Conselho de Ministros, que cria o Sistema Nacional de Inventário de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (**SNIERPA**).
- ✓ Conclusão da proposta de revisão da **ENAC 2020**.
- ✓ No quadro da **reforma da fiscalidade verde**, apresentação e análise de vários elementos técnicos em matéria de alterações climáticas, como por exemplo em matéria de taxação de carbono.

Recursos Hídricos e Litoral

- ✓ **Demarcação da área de jurisdição da APA, para todo a orla costeira e estuários**, enquanto autoridade nacional da água.
- ✓ Acompanhamento regular e assíduo das revisões legislativas em matéria de **Ordenamento do Território: LBPSOTDU** e preparação do respetivo regime (RJGT).
- ✓ Preparação da transposição dos Planos Especiais de Ordenamento do Território para os PDM.
- ✓ Acompanhamento da Lei de Bases de Ordenamento do Espaço Marítimo e respetiva regulamentação.
- ✓ No quadro da **reforma da fiscalidade verde**, apresentação e análise de vários

elementos técnicos em matéria de água, como por exemplo a revisão da Taxa de Recursos Hídricos (TRH).

Licenciamento

- ✓ Preparação de diversas propostas do projeto de diploma que estabelece o **regime de licenciamento único de ambiente (LUA)**, com vista a harmonizar, simplificar e integrar os diferentes regimes de licenciamento e autorização no domínio do ambiente.
- ✓ Colaboração no processo de revisão do regime de Sistema da Indústria Responsável (SIR).

CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E REPORTE

Em 2014 uma das prioridades de ação da APA foi dar continuidade à consolidação dos principais instrumentos de planeamento em políticas públicas na área do ambiente, os quais por sua vez assentaram na própria consolidação das ações de monitorização, avaliação e os respetivos instrumentos de reporte.

Neste âmbito destacam-se as seguintes ações:

Planeamento de Recursos Hídricos e Litoral

- ✓ **Plano Estratégico de Monitorização de recursos hídricos**, contemplando todas as categorias de águas (superficiais interiores, de transição e costeiras e subterrâneas) e os aspetos de quantidade e qualidade.
- ✓ Elaboração dos relatórios iniciais do **Plano Nacional da Água (PNA)**, com vista à sua conclusão em 2015.
- ✓ No âmbito da elaboração dos **PGRH de 2ª geração** ao abrigo da diretiva Quadro da Água (DQA), realização da avaliação do

impacto das cargas poluentes pontuais e difusas nas massas de água e elaboração do relatório de revisão do artigo 5º da DQA com identificação das **questões significativas (Qsiga)** e respetiva consulta pública.

- ✓ Participação na comissão de elaboração do **PENSAAR 2020**, destacando-se como contributos a estimativa das cargas de nutrientes associadas às fontes difusas afluentes, às massas de água superficiais e subterrâneas, à produção de índices de suscetibilidade e à poluição difusa. Foram dados, também, contributos para a cenarização socioeconómica e para a análise económica e diversas propostas de medidas. A APA conduziu ainda o processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PENSAAR2020.
- ✓ No Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa (PEAP) foram dados contributos para a elaboração dos conteúdos do plano estratégico e para a análise de documentos.
- ✓ Participação na elaboração do relatório do **Grupo de Trabalho do litoral: Gestão da Zona Costeira- O Desafio da Mudança**.

- ✓ Preparação e lançamento dos concursos e desenvolvimento dos trabalhos com vista à **revisão dos POOC Caminha-Espinho, Alcobaça-Espichel, Espichel- Odeceixe e Odeceixe-Vilamoura.**

Planeamento Ar e Clima

- ✓ Elaboração da proposta do **Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)** estabelecendo linhas de orientação no horizonte 2020/2030.
- ✓ Desenvolvimento dos trabalhos de base para a elaboração do novo **PNAC 2020/2030**: estabelecimento de cenários de emissões, identificação de políticas e medidas com horizonte 2020-2030.
- ✓ Elaboração da proposta da **ENAC 2020**: 2ª fase.
- ✓ Elaboração da proposta de estabelecimento de um **Sistema Nacional de Políticas e Medidas e projeções (SPeM)** em matéria de alterações climáticas e qualidade do ar.
- ✓ Preparação da proposta da **ENAR 2020**.
- ✓ Elaboração da proposta de Programa de Mobilidade Sustentável na Administração Pública – **ECO.mob**.

Planeamento de Resíduos

- ✓ Desenvolvimento dos trabalhos de revisão do **PNGR**.
- ✓ Participação na comissão de elaboração do Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (**PERSU 2020**), destacando-se como contributos a definição de linhas de orientação para a implementação do PERSU 2020 e a monitorização do Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2007-2016 (PERSU II), bem como diversas propostas de medidas. A APA conduziu ainda o processo de AAE do PERSU 2020.

Monitorização, Avaliação e Reporte Ambiental

A APA garantiu também as ações de monitorização, avaliação e de reporte ambiental que estão intrinsecamente ligadas ao planeamento. Dessas importa destacar:

- ✓ Elaboração e publicação do **Relatório do Estado do Ambiente** (REA2014).
- ✓ Colaboração na elaboração do **Relatório Europeu do Estado do Ambiente (SOER)**.
- ✓ Monitorização e acompanhamento das entidades gestoras, sistemas individuais e entidades de registo no âmbito dos **fluxos específicos de resíduos**.
- ✓ Monitorização e caracterização da situação nacional relativa à eliminação e descontaminação de equipamentos contendo PCB e de PCB usados, e disponibilização *online* da aplicação informática para registo dos equipamentos contendo PCB.
- ✓ Monitorização e acompanhamento do fluxo de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).
- ✓ Elaboração de relatórios e reportes vários no contexto do acompanhamento de metas em matéria de resíduos.
- ✓ Monitorização e acompanhamento do mercado organizado de resíduos.
- ✓ A avaliação da **substância bifenilo no âmbito do Plano Evolutivo Comunitário (Corap)**.
- ✓ A avaliação de substâncias ativas biocidas na vertente ambiente.
- ✓ A elaboração do Relatório final da Diretiva das **Substâncias Perigosas em Águas Subterrâneas**.
- ✓ A elaboração do Relatório final da Diretiva das **Substâncias Perigosas em Águas Superficiais**.
- ✓ A elaboração do Relatório final da Diretiva das Águas Piscícolas.
- ✓ Elaboração do Relatório Anual de Avaliação da **Qualidade do Ar**.
- ✓ No âmbito dos MTR, a APA elaborou relatórios trimestrais dos dados de **MTR** Lista Verde registados no SILiAmb, bem como elaborou o Relatório Nacional Anual MTR.
- ✓ Processo de **avaliação internacional a nível da Convenção das Alterações Climáticas** do reporte efetuado por Portugal no âmbito da 6.ª Comunicação Nacional e 1.º Relatório Bianual.
- ✓ Preparação do reporte sobre diversos aspetos da implementação da política climática.

ABORDAGEM INTEGRADA DA GESTÃO DOS FINANCIAMENTOS AMBIENTAIS E DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS DE AMBIENTE

A APA em 2014 procurou maximizar o investimento dos fundos estruturais e ambientais, aliando os mesmos às áreas prioritárias da política do ambiente. Um dos seus principais objetivos foi a criação de condições favoráveis para que no âmbito do Portugal 2020 a área do ambiente tivesse grande relevo, criando condições de alavancagem para os projetos prioritários no âmbito da Política Ambiental e criando condições para assegurar o objetivo assumido a nível de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia de que pelo menos 20% do volume total de financiamento associado aos fundos estruturais e de investimento seja canalizado para o cumprimento dos objetivos do pacote energia-clima aprovado em 2009. Deste modo, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Contributos da APA para a internalização de custos ambientais na economia

- ✓ **"PORTUGAL 2020"**- Contributos regulares para o novo acordo de parceria e PO SEUR, em particular no domínio da Economia Verde e de Baixo Carbono (Instrumentos de Planeamento e Políticas para o QEC), bem como, para a preparação dos programas operacionais 2014-2020, tendo sido estes já aprovados e em fase de implementação.
- ✓ Ações de divulgação e estímulo ao desenvolvimento de uma economia verde (*Green Austerity*) e elaboração de um estudo identificando as melhores práticas internacionais, os desafios e as oportunidades que se colocam ao desenvolvimento da Economia Verde em Portugal.
- ✓ Contributos para a implementação da política de fiscalidade verde em Portugal, nomeadamente para a preparação de uma possível revisão da TGR e da TRH;

para o estudo preços do carbono em Portugal e para a adaptação e utilização de Modelos de Avaliação de Impactos para a Comissão **para a Reforma da Fiscalidade Verde**.

- ✓ Contributos para o **Compromisso para o Crescimento Verde** e Coligação para o Crescimento Verde (CCV): a APA apoiou na investigação e na elaboração de conteúdos necessários à realização das conferências de consulta pública do CCV e posterior integração dos conteúdos no texto do compromisso.

Ações e processos nacionais e internacionais de informação e de produção de estatísticas ambientais

- ✓ Gestão da **Eionet** da Agência Europeia do Ambiente, como *National Focal Point*.
- ✓ Acompanhamento das atividades do *National Reference Centre for Sustainable Consumption and Production* (NRC SCP) da EEA/Eionet.
- ✓ Acompanhamento das atividades do *Member States Expert Group on Resource Efficiency* da CE.
- ✓ Representação nacional no Grupo de Trabalho da OCDE-WPEI (*Working Party on Environmental Information*).
- ✓ Estatísticas, Indicadores e Relações com o Instituto Nacional de Estatística (INE): Centralização da informação estatística em matéria de ambiente e elaboração do protocolo de cooperação APA/INE.
- ✓ Colaboração no projeto Ferramenta de Apoio à avaliação do Impacto Económico-Social e Ambiental de Políticas de Crescimento Verde (FAIA): Desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à avaliação de impactos económicos, ambientais e sociais de políticas públicas em cenários de crescimento verde.

Atividades de prospetiva e horizon scanning e de cenários de enquadramento

- ✓ Atualização periódica de um enquadramento Macroeconómico para planos, estratégias e programas – os “Cenários APA”.
- ✓ Cenarização socioeconómica no âmbito de planos e programas coordenados pela APA e/ou em que a APA participa e/ou para os quais os contributos da APA são solicitados (e.g. PEAASAR II-III, PENSAAR 2020; PERSU 2020).

Programas de apoio ao desenvolvimento de políticas

- ✓ Continuação do acompanhamento da implementação do **Programa NER300** para financiamento de tecnologias inovadoras de energias renováveis, promovido pela CE, ao abrigo do qual Portugal viu aprovado o apoio comunitário a três projetos inovadores (vento, ondas e solar fotovoltaico).
- ✓ Gestão do **Programa AdaPT** no âmbito do Mecanismo Financeiro para o Espaço Económico Europeu (MFEED) no âmbito do qual serão apoiados 8 projetos de adaptação às alterações climáticas.

INTEGRAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DOS REGIMES DE LICENCIAMENTO NA ÁREA DO AMBIENTE, CONTRAORDENACIONAL E ECONÓMICO-FINANCEIRO

Em 2014, foi dada continuidade à harmonização e simplificação dos processos de licenciamento no domínio do ambiente, nomeadamente dos procedimentos referentes ao licenciamento de recursos hídricos. Neste âmbito, deu-se continuidade às atividades de produção de **guias técnicas de harmonização de procedimentos**, das quais se destacam:

- ✓ Guia de boas práticas para intervenções de arborização, rearborização e outras intervenções silvícolas e de manutenção da floresta no domínio hídrico.
- ✓ Guia para o licenciamento de águas residuais domésticas, urbanas e industriais - proposta de harmonização de procedimentos para definição das normas de descarga, programas de autocontrolo e de monitorização do meio recetor.
- ✓ Guia para os prazos associados a licenças e concessões.
- ✓ Guia para a captação de água para produção de energia hidroelétrica.
- ✓ Guia para os projetos de Investimento e emissão de Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH).
- ✓ Documento interpretativo do conceito de Comerciante e Corretor, do conceito de Biomassa, Bioresíduos e Resíduos Biodegradáveis e gestão de roupa usada.
- ✓ Circulares de harmonização relativas aos fluxos de resíduos.
- ✓ Participação em processos de Estudos do Impacto Ambiental (EIA) – caudais ecológicos
- ✓ Guias elaboradas nas seguintes áreas:
 - Jurisdição das autoridades portuárias.
 - Aquicultura.
 - Perímetros de proteção de captação de águas superficiais, destinados ao abastecimento público.
 - Gestão das Comunicações versus Autorizações.
 - Processos de regularizações (poços e charcas).
 - TRH.
 - Ocupações do Domínio Público Marítimo (DPM), incluindo as edificações para habitação.

- Acompanhamento de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) (Plano Diretor Municipal (PDM), Plano Pormenor (PP), Plano Urbano (PU), Rede Elétrica Nacional (REN)).
- Delimitação da REN.
- Reabilitação fluvial.
- ✓ Desenvolvimento da Metodologia de **avaliação da qualidade do ar interior** em edifícios de comércio e serviços no âmbito da Portaria 353-A/2013.

5. AFETAÇÃO DE RECURSOS

5.1. RECURSOS HUMANOS

Relativamente aos recursos humanos, o planeamento apresentado no Plano de Atividades considerou os efetivos a

2013/12/31, conforme o quadro de comparação que se apresenta.

Quadro 1 - Variação do N.º de Recursos Humanos da APA

Recursos Humanos Cargo/Carreira/Categoria	Planeado (2013/12/31)	Executado (2014/12/31)	Desvio
Dirigentes Superiores	4	4	0%
Dirigentes Intermédios	74	71	- 4.05%
Técnicos Superiores	378	380	0.53 %
Informático	28	23	-17.9 %
Assistente Técnico	203	175	-13,8 %
Assistente Operacional	56	47	- 16,07 %
TOTAL	743	700	-6%

Fonte: DRHF/DFIN

Assim, em relação aos recursos humanos planeados registou-se um **desvio global negativo de cerca 6% no final de 2014**. O decréscimo foi mais acentuado na carreira de informática, assistentes operacionais e assistentes técnicos, tendo sido as principais causas a saída por motivos de aposentação e, com menor incidência, a mobilidade interna para outros organismos. De salientar o **aumento do índice de tecnicidade para**

cerca de 54%. Esta tendência é justificada pelo regresso de alguns dirigentes à carreira de origem na APA, bem como pela aplicação de uma política de recrutamento seletiva e orientada para a carreira técnica superior, recorrendo-se ao regime de recrutamento através da mobilidade interna e procurando-se a sua consolidação, sempre que estejam reunidas as condições para o efeito.

5.2. RECURSOS FINANCEIROS

Fruto da conhecida situação financeira do país, o quadro de restrições orçamentais é, hoje, o “novo normal” na administração pública. Tal situação gera considerável incerteza no planejamento financeiro e

execução orçamental, não tendo a APA sido exceção a essa situação.

Dos 26,8 M€ executados no Orçamento de Funcionamento, cerca de 80% foi destinado a despesas com pessoal.

Quadro 2 - Execução por Tipo de Despesa do Orçamento Total da APA

Unid.: M€

Tipo de Despesa	Dotação		
	Inicial	Disponível	Executado
Despesas com Pessoal	22,89	23,02	21,69
Aquisição Bens e Serviços	22,41	18,04	8,23
Outras Despesas	0,90	1,34	0,68
Despesas de Capital	52,07	56,35	21,33
TOTAL	98,26	98,75	51,93

Fonte: DRHF/DFIN

Em relação ao Orçamento de Investimento (OI), constituído na sua maioria por projetos cofinanciados pelo Referência Estratégica Nacional (QREN), importa referir que os projetos sob os quais incidiu maior investimento foram os relacionados com a gestão estratégica da água, em particular os referentes a ações de proteção de pessoas e bens, com prioridade para a implementação do PAPVL e outras intervenções na orla costeira e os relacionados com o processo de consolidação e reestruturação interna.

Dos cerca de 68,79 M€ de investimento inicialmente previstos, **foram executados 25,14M€, a que corresponde uma execução em relação ao planeado de 36,5 %**. A baixa execução dos projetos deveu-se em parte à tramitação, cada vez mais complexa, dos procedimentos administrativos inerentes ao

processo de contratação pública, nomeadamente:

- A obrigatoriedade de submeter todos os contratos de aquisição de serviços ao parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública (SEAP).
- A obrigatoriedade de submeter ao Gabinete do Secretária de Estado do Ambiente (SEA) e do Secretária de Estado do Orçamento (SEO), para autorização prévia todos os contratos de aquisição de bens e serviços que envolvam compromissos plurianuais.
- A obrigatoriedade de submeter para autorização à Agência para a Modernização Administrativa (AMA) as

aquisições de bens ou serviços no âmbito das tecnologias de informação e comunicação.

- A obrigatoriedade do pedido de exceção ao acordo-quadro à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

(ESPAP), para bens e serviços com características similares mas não iguais às dos bens e serviços abrangidos pelos acordos-quadro.

Quadro 3- Orçamento de Investimento previsto e executado

Unid.: M€

Financiamento	Dotação		
	Inicial	Disponível	Executado
Nacional	46,19	46,68	37,32
Comunitário	52,07	52,07	14,61
TOTAL	98,26	98,75	51,93

Fonte: DRHF/DFIN

Quadro 4 – Quadro síntese da execução financeira

Unid.: M€

Orçamento	Estimado	Realizado	Desvio	Desvio
	(M€)	(M€)	(M€)	(%)
Funcionamento	29,96	26,79	-3,16	-10,56%
Investimento	68,79	25,14	-43,66	-63,46%
TOTAL	98,75	51,93	-46,82	-47,41%

Fonte: DRHF/DFIN

6. ANÁLISE E CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Em 2014, a APA procurou dar seguimento à sua Missão alinhando a sua atividade com o Programa de Governo, com as Grandes Opções do Plano 2012-2015 e com a Estratégia Orçamental 2011-2015.

Num contexto socioeconómico difícil, a estratégia definida foi a da concentração da atividade ao essencial e exequível, continuando a promover a melhoria da eficácia, eficiência e qualidade operacionais, através da integração, simplificação e desmaterialização de processos com recurso à inovação tecnológica, à melhoria dos sistemas de informação e das redes de monitorização, sempre com o objetivo de criar valor para a sociedade. Ao mesmo tempo foi garantida a prevenção e mitigação de riscos contra pessoas e bens e utilizados os recursos ambientais da forma mais eficiente e sustentável.

Os resultados positivos obtidos resultaram essencialmente da execução de projetos e atividades não dependentes, exclusivamente, de investimento e realizadas com recurso a meios internos.

Os principais constrangimentos decorreram de incertezas regulamentares e de contingências orçamentais que dificultaram não só a execução das medidas em curso, mas também a execução de toda a atividade planeada.

Paralelamente, a complexidade da tramitação dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública - estabelecendo a obrigatoriedade de pareceres prévios vinculativos autorizadores para a abertura dos processos aquisitivos - (pareceres prévios SEAP, SEAO, AMA e ESPAP), condicionaram de igual forma a implementação de uma série de projetos devido à demora na obtenção da respetiva autorização que vem comprometer o prazo de conclusão dos processos aquisitivos.

O processo de fusão e o acréscimo e agregação de novas competências foi

determinante na definição de orientações estratégicas e operacionais. Foram priorizados os projetos e atividades que responderam à agilização da consolidação da estrutura interna da APA e os que garantiram a segurança de pessoas e bens.

A carência de recursos humanos foi parcialmente colmatada com o recrutamento de trabalhadores com o perfil necessário. Foram realizadas ações de formação técnica e especializada com vista a aumentar a qualificação dos trabalhadores e adapta-la às necessidades da APA.

Para o próximo biénio, a APA irá dar continuidade à implementação de medidas que garantam a otimização de recursos e a racionalização de custos, procurando otimizar o número de aquisições de bens e serviços e diversificar as fontes de financiamento e implementará as medidas necessárias à cobrança eficaz dos créditos existentes (i.e. liquidação de taxas).

Irá também continuar com os trabalhos desenvolvidos anteriormente no âmbito da implementação do seu sistema de controlo interno. Em particular, através do recurso a procedimentos de controlo administrativo, da avaliação das atividades desenvolvidas e do *feedback* obtido por meio de inspeções e auditorias realizadas pelas diversas entidades responsáveis para o efeito.

Continuará a realização da harmonização, simplificação e desmaterialização dos processos chave, recorrendo à inovação tecnológica e procurará a consolidação e a melhoria dos sistemas de informação, em particular no contínuo desenvolvimento do SILiAmb.

Será dado ênfase aos mecanismos de comunicação interna e às iniciativas de promoção da APA junto do público, às medidas de reforço de cooperação externa e parcerias com *stakeholders* estratégicos.

Será dada continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos já iniciados no âmbito do planeamento e do reporte ambiental. Continuará a contribuir para a simplificação legal e procedimental que suporta a política do ambiente, bem como para a definição da estratégia de implementação de uma economia verde em Portugal.

Garantirá as ações de proteção de pessoas e bens. Garantirá ações para a melhoria e manutenção das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos) e para a consolidação e modernização dos sistemas de vigilância e alerta de riscos (cheias, secas,

segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas e radioatividade, etc.).

Foi estabelecido o novo acordo de parceria e PO SEUR, no domínio da Economia Verde e de Baixo Carbono ("PORTUGAL 2020"-Instrumentos de Planeamento e Políticas para o QEC). De destacar o PO SEUR, que é o instrumento de Estratégia Europa 2020 para o campo da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, agregador de 2.200M€ de financiamento comunitário. A sua intervenção visará abranger a totalidade do território nacional.

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 – Missão, lema e Visão	7
Figura 2 – Objetivos Estratégicos	7
Figura 3 – Prioridades de Ação.....	8

QUADROS

Quadro 1 - Variação do N.º de Recursos Humanos da APA	20
Quadro 2 - Execução por Tipo de Despesa do Orçamento Total da APA.....	21
Quadro 3- Orçamento de Investimento previsto e executado	22
Quadro 4 – Quadro síntese da execução financeira	22

ACRÓNIMOS

SIGLA	Designação
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
AH	Aproveitamentos hidroelétricos
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
APA	Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P.
ARH	Administração de Região Hidrográfica
ARHTO	Administração da Região Hidrográfica do Tejo
BAR-PT	Sistema de Informação de segurança de Barragens
CCA/A	Conselho Consultivo de AIA
CCV	Compromisso para o Crescimento Verde
CE	Comissão Europeia
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CODIA	Conferência de Diretores Ibero-americanos da água
CPLP	Comissão dos Países de Língua Portuguesa
DAGRI	Diretiva da Avaliação e Gestão de Risco de Inundações
Diploma F-Gas	Diploma dos gases Fluorados
DGAM	Direcção-Geral da Autoridade Marítima
DPM	Domínio Público Marítimo
DQA	Diretiva Quadro da Água
DUC	Documento Único de Cobrança
EDP	EDP - Energias de Portugal, S.A. Sociedade Aberta
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
EIONET	European Environment Information and Observation Network.
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENAR	Estratégia Nacional para um Ar Mais Limpo
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

SIGLA	Designação
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos
FAIA	Ferramenta de Apoio à avaliação do Impacto Económico-Social e Ambiental de Políticas de Crescimento Verde
FIA	Fundo de Intervenção Ambiental
FPC	Fundo Português do Carbono
FPRH	Fundo de Proteção de Recursos Hídricos
GPA	Green Project Awards
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
IST	Instituto Superior Técnico
LNEC	Laboratório Nacional Engenharia Civil
MAOTE	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
MEC	Ministério da Educação e da Ciência
<i>MIRR</i>	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
MRFR	Mapa de Registo de Fluxos de resíduos
MRRU	Mapa de Registo de Resíduos Urbanos
MTR	Movimento Transfronteiriço de Resíduos
NRC SCP	<i>National Reference Centre for Sustainable Consumption and Production</i>
OGC	Open Geospatial Consortium
OI	Orçamento de Investimento
ONG	Organizações Não-Governamentais
PAPVL	Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCB	Policlorobifenilos
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAP	Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa

SIGLA	Designação
PEM	Plano Estratégico de Monitorização
PENSAAR 2020	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Sistemas de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
PGRH	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
POOC	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
PO SEUR	Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PP	Plano Pormenor
PRTR	<i>Pollutant Release and Transfer Register</i>
PU	Plano Urbano
QEC	Quadro Europeu Comunitário
QUALAR	Sistema de Monitorização da Qualidade do Ar
QREN	Referência Estratégica Nacional
RADNET	Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ar
RCD	Resíduos de Construção e Demolição
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REA	Relatório do Estado do Ambiente
REN	Rede Elétrica Nacional
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEAP	Secretaria de Estado da Administração Pública
SEO	Secretaria de Estado do Orçamento
SEVESO	Prevenção de Acidentes Graves
SILiAmb	Sistema Integrado para o Licenciamento Ambiental
SILOGR	Sistema de Informação do Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos
SIR	Sistema da Indústria Responsável
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente

SIGLA	Designação
SNIAMB	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
SNIERPA	Sistema nacional de inventário de emissões antropogénicas por fontes e remoção por sumidouros de poluentes atmosféricos
SOER	Relatório Europeu do Estado do Ambiente
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
TGR	Taxa de Gestão de Resíduos
TRH	Taxa de Recursos Hídricos
TURH	Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
UMC	Unidade Ministerial de Compras
VNC	<i>Virtual Network Computing</i>
VOIP	<i>Voice over Internet Protocol</i>



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

apambiente.pt